

a questão cubana

Passada a primeira emoção provocada pela invasão de Cuba por tropas contra-revolucionárias, com o apoio moral e material dos Estados Unidos, torna-se mister dar um balanço na situação, tal como encontra-se configurada nesta última semana de abril, para dela extrair os ensinamentos que comporta. Fois é inegável que a vitória dos revolucionários cubanos encerra uma lição e uma mensagem que interessam a toda a América Latina, assim como à generalidade dos povos subdesenvolvidos.

reportagem de Rui Mauro Marini

um erro inevitável

A primeira conclusão a tirarmos dos fatos a que assistimos é a de que os norte-americanos cometeram um erro. Coloquemos a questão francamente: o erro dos Estados Unidos foi menos o de provocar a invasão do território cubano que o de permitir que essa invasão redundasse em lamentável fracasso. Comprometeram, assim, o seu prestígio (que vem sofrendo sucessivos abalos, desde a guerra da Coreia), com um único resultado: o fortalecimento do regime de Fidel Castro no plano interno e externo.

O que explica diretamente o insucesso norte-americano é o engano cometido por Washington, ao esperar que, com o desembarque das tropas invasoras, ocorrersem levantamentos internos contra o governo castrista. Nesse sentido, o bombardeio de Havana, que deveria constituir o sinal verde para os levantamentos populares, redundou em autêntico tiro pela culatra, visto que possibilitou aos revolucionários preparar-se contra a invasão.

Cabe, todavia, indagarmos por que os fuzileiros norte-americanos não entraram em ação, no momento em que se tornou patente a inoperância do ataque contra-revolucionário. É aqui que toma corpo a notícia de que a invasão de Cuba não contava com apoio irrestrito do governo norte-americano, e, mais concretamente, de que teria contado ela o próprio Secretário de Estado, Dean Rusk. É fora de dúvida que Kennedy viu-se paralisado, e obrigado a abandonar a iniciativa que tomara.

O desacordo intergovernamental verificado em Washington não é, entretanto, senão o reflexo de uma divergência mais ampla, que separa os norte-americanos de seus aliados ocidentais, notadamente dos grandes países sul-americanos. É essa situação que explica o erro dos Estados Unidos e, mais do que isso, revela que esse erro era inevitável. Em outras palavras, são as contradições surgidas entre os Estados Unidos e a América Latina que forçaram aqueles a uma cartada perigosa, cujo insucesso os deixa encostados à parede.

da «aliança» à agressão

Efektivamente, até o momento, não pôde Washington contar com a «solidariedade» sul-americana, a qual, até então, nunca lhe fora recusada em ocasião difíceis (vide Guatemala). Isso porque os próprios governos latino-americanos experimentam um sentimento dúbia em relação a Cuba: à repulsa ao caráter radical assumido pela revolução, contrapõe-se o receio das reações nacionais ante uma ação contra Havana e, sobretudo, o desejo de não destruir a arma que o fidelismo lhes colocou nas mãos.

Desde 1947, com efeito, quando a Europa foi beneficiada com o Plano Marshall, as classes dirigentes da América Latina não desesperaram de obter de Washington auxílio semelhante. As diferentes tentativas nesse sentido culminaram com a OPA, cuja formulação básica consiste exatamente em preconizar o ataque aos problemas político-sociais do hemisfério através de uma ação essencialmente econômica. De acordo com a filosofia da OPA, portanto, a solução do problema cubano jamais poderia ser buscado em agressões armadas, e sim mediante um decidido esforço de desenvolvimento econômico.

Disso estão conscientes, aliás, os norte-americanos. Não há dúvida de que, caso lhes fosse dado escolher nesta oportunidade, prefeririam dar ênfase ao seu programa de «Aliança para o Progresso» do que a intervenções militares semelhantes à que foi tentada em Cuba. Uma

ajuda econômica em larga escala à América Latina, acompanhada de cuidadosa atuação para isolar o regime de Fidel Castro, constituiria, na realidade, defesa muito mais eficaz de seus interesses do que o risco representado pelo aventurismo agressivo que ora praticam.

a depressão americana

Por que razão, então, opta Washington por esse comportamento, ao invés de decidir-se por um novo Plano Marshall, cuja utilidade maior seria a de satisfazer às classes dirigentes da América Latina? A resposta e das mais simples: os Estados Unidos não se encontram em condições para repetir o que fizeram na Europa, em 1947.

Sabe-se, com efeito, que o Plano Marshall importou numa despesa global de 26 bilhões de dólares, ao longo de sete anos. Naquela ocasião, todavia, atravessavam os EUA fase de excepcional expansão econômica, consequência do conflito mundial que vinham de vencer. Em 1961, pelo contrário, a economia norte-americana encontra-se em plena depressão, com grande parte da indústria funcionando muito abaixo de sua capacidade normal, com o desemprego atingindo a cifra astronômica de 5,5 milhões e as reservas de ouro sofrendo constantes sangrias.

A situação tornou-se de tal modo dramática que, desde o ano passado, os Estados Unidos vêm realizando gestões junto a seus aliados europeus, no sentido de deles obter ajuda concreta. Essas gestões culminaram com a missão Harri-man, na Alemanha, quando, em troca de concessões feitas por Bonn nesse sentido (notadamente a revalorização do marco), os Estados Unidos comprometeram-se a entregar armas nucleares à OTAN (e, portanto, à Alemanha), medida que será formalizada por Kennedy na primeira quinzena de maio próximo.

Nessas condições, a aplicação de um vasto plano de ajuda à América Latina, nos moldes do Plano Marshall, que seria a única solução racional para os problemas aqui surgidos, revela-se impraticável. A simples concessão de um auxílio de 600 milhões de dólares (menos de 5%, entretanto, dos gastos feitos com o Plano Marshall) cria inúmeras dificuldades para Kennedy e suscita controvérsias no Congresso americano.

os caminhos do socialismo

Encontra-se, pois, os Estados Unidos numa posição em que não lhes resta grande margem de escolha: impossibilitados de atender às reivindicações latino-americanas, e vendo avolumar-se a ameaça cubana à sua dominação no hemisfério, são forçados a adotar a pior solução, que é a agressão armada ao regime de Fidel Castro.

A malograda invasão dos contra-revolucionários, na qual a responsabilidade norte-americana torna-se cada dia mais evidente, foi o primeiro passo. Falhada a tentativa, inclina-se agora Washington para a intervenção direta, com ou sem o apoio latino-americano, como declararam expressamente Kennedy e Berle, nos últimos dias.

O primeiro inconveniente de tal atitude é, naturalmente, a liquidação da OEA e todo o sistema de pressões e influências que os norte-americanos haviam montado no continente. Desmoralizar a OEA importa em pisotear o decantado «pan-americanismo» e, com ele, toda base que até agora ainda existisse para a aplicação da doutrina Monroe.

E não é ainda este o aspecto mais grave da questão. Muito mais importantes são as consequências causadas pelo intervencionismo ameri-

cano na própria revolução cubana. Se é inegável que a radicalização desse movimento deveu-se, em grande parte, à política hostil praticada pelos Estados Unidos, desde que foi posta em prática a reforma agrária, em relação a Fidel Castro, é muito mais certo que, a partir do momento em que se concretiza a ameaça de invasão, o regime cubano corta as últimas amarras que o freavam.

Pois Cuba nada mais tem a perder: nenhum entendimento é mais possível entre Havana e Washington; pelo contrário, toda a chance de preservar a revolução está, fundamentalmente, no apoio decidido que lhes preste o povo cubano e, acessoriamente, na compreensão que encontre o regime junto às nações do bloco socialista.

Em tais circunstâncias, o que importa é acentuar o caráter popular, e mais do que isso socialista, da revolução. Pois a grande lição que os cubanos aprenderam, e agora ensinam a toda a América Latina, é a de que a luta contra o imperialismo só é possível na medida em que é, também, e principalmente, luta pelo socialismo.

a nova esquerda

A autenticidade da mensagem cubana, que surge do processo mesmo da edificação do regime, ao invés de decorrer de fórmulas pré-fabricadas, torna-se pouco acessível à compreensão dos Partidos Comunistas latino-americanos. Habitados a transpor de maneira simétrica os esquemas teóricos do marxismo às situações do continente, nem sempre néles inteiramente enquadráveis, e inclinados-se por uma estratégia política formulada antes da revolução, e por isso desatualizada, esses partidos insistem em assimilar a questão cubana a seus quadros de pensamento, ao invés de dela partir para uma revisão dos mesmos. Em consequência, insistem em colocar a crise latino-americana em termos de luta anti-imperialista, sem se darem conta de que essa fase foi ultrapassada e que é de luta pelo socialismo que se trata agora.

Isso leva tais partidos a serem transbordados à sua esquerda por novas formações, que se incluem no que se denomina usualmente a Nova Esquerda, e que estendem agora sua influência à maioria dos países do hemisfério. O MIR (Movimento de Izquierda Revolucionária) Praxist, de Silvio Frondizi, na Argentina; o MIR venezuelano; a OPA Rebelde (Alianza Popular Revolucionária Americana), dissidente da APRA peruana; e já alguns movimentos no Brasil tais são as forças de esquerda que, no momento, mostram-se mais sensíveis à mensagem cubana e agem no sentido de radicalizar o processo político latino-americano.

conclusão

A revolução cubana conduz assim à radicalização do processo político latino-americano, na medida em que fornece às esquerdas um instrumento hábil para mobilizar as massas em torno da ideia socialista. A prazo mais ou menos longo, tal fato terá de repercutir na posição dos governos liberais do hemisfério, agravando o receio que nutrem em relação ao radicalismo de Havana. A menos que a mobilização das massas se realize em curto espaço de tempo, e possibilite a constituição de uma força capaz de pressioná-los em sentido contrário, é provável que, deixando de ignorar o problema cubano, tais governos passem a atitudes mais agressivas.

Isso é ainda mais certo se considerarmos que os Estados Unidos jogam, agora, todo o seu peso na balança, a fim de obterem dos dirigentes latino-americanos apoio à sua tentativa de esmagamento da revolução. E é justamente esse fato que leva a crer que, com ou sem mobilização, qualquer pretexto poderá servir aos governos do hemisfério como justificativa para se curvarem às exigências norte-americanas, mas, inversamente, somente uma mobilização efetiva das massas será capaz de impedir que essa capitulação se verifique.

Tais são, em traços largos, as características e as perspectivas da situação criada na América Latina pela revolução cubana. A conclusão geral a que chegamos é a de que, seja qual for a solução da crise atual, Cuba terá assegurado, pela sua vitória ou por seu sacrifício, a marcha do socialismo entre nós. E é fora de dúvida que somente na medida em que este avançar, haverá para Cuba uma real garantia de sobrevivência.